



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**  
**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

📅 02 A 05 DE JULHO DE 2024 📍 FAEC/UECE - CRATEÚS

## **A EXPERIÊNCIA DO RURALISMO PEDAGÓGICO NA ESCOLA NORMAL RURAL DE ITAPIPOCA (1945-1971)**

Antonio Robson Oliveira <sup>1</sup>(UFC)  
[antonio.oliveira20@prof.ce.gov.br](mailto:antonio.oliveira20@prof.ce.gov.br)

**Resumo:** O ruralismo pedagógico surgiu, nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX, como uma proposta que buscava renovar o sistema educacional da época. Enquanto congregava as ideias do ruralismo político, que considerava a produção agrícola como uma “vocação natural” do país, ele criticava a Escola Nova, por não focar na alfabetização da população rural. Intelectuais do período, ligados a esse movimento, foram os responsáveis pela criação das Escolas Normais Rurais, com o objetivo de formar professores, em diversos Estados da Federação, com destaque para o Ceará. Tendo em vista esse contexto, foi realizada a presente pesquisa, com o objetivo de investigar como o discurso e as práticas do ruralismo pedagógico foram desenvolvidos na Escola Normal Rural do município de Itapipoca, situado no norte cearense. O estudo de caso é feito por meio de uma abordagem qualitativa, que utiliza de documentos diversos, como as fontes orais, a documentação do acervo escolar, além do uso de imagens, jornais e fotografias. Para uma melhor compreensão desse movimento pedagógico, entrou-se em diálogo com os estudos já publicados de Fátima Leitão e Silvânia Costa, que abordam com clareza e bastante propriedade as práticas das instituições relacionadas à pesquisa. Como conclusão, nota-se que, apesar do discurso político do ruralismo pedagógico, a instituição analisada serviu a propósitos próprios, que nem sempre priorizaram a formação do professorado atento à “vocação natural” brasileira do meio rural, mas que atenderam simplesmente à necessidade de formar docentes, o que impactou, em grande medida, na realidade local, por promover a profissionalização da carreira professoral, principalmente entre as mulheres. Esse estudo revelou as contradições entre o discurso repetido por eles e a prática do ruralismo pedagógico, principalmente no contexto das Escolas Normais Rurais, como é o caso da instituição analisada.

**Palavras-Chave:** História; Educação; Ruralismo Pedagógico

---

<sup>1</sup> Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTORIA da Universidade Federal do Ceará - UFC, turma (2024-2025). Especialista em Ensino de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG (2022). Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2014).

## Introdução

A proclamação da República trouxe uma série de transformações para o Brasil, na transição do século XIX para o século XX. Esse novo regime trazia um discurso de reforma social e política sintetizado no lema positivista “ordem e progresso”. Entretanto, esse ideal de um país moderno e desenvolvido enfrentou sérias dificuldades de ser implementado.

O historiador José Murilo de Carvalho, na obra *Cidadania no Brasil: O longo caminho*, indica que o cenário nacional, ao longo do século XIX, desfavorecia as transformações sócio-políticas significativas e o surgimento de uma cidadania plena, por causa do imenso número de analfabetos. Ele destaca que, naquele período, a população brasileira contava com:

Mais de 85% analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. (CARVALHO, pag.32, 2002)

A Constituição republicana de 1891 estabeleceu a exigência da alfabetização para que os cidadãos brasileiros pudesse exercer o direito do voto, entretanto não obrigava o Estado garantir à população esse direito básico. Durante a chamada Primeira República (1889-1930), o percentual de votantes se manteve consideravelmente baixo, algo em torno de 2 a 5%, índice menor que nas eleições imperiais, cuja margem era de 15%, já que não exigiam a alfabetização (CARVALHO, 2002).

A escola pública, gratuita e universal se mantinha longe do horizonte nacional, predominando uma educação fragmentada e relegada à responsabilidade das províncias e, depois, aos Estados brasileiros. Entretanto, vários setores nacionais reclamavam pela ampliação do acesso à alfabetização, como uma forma de garantir a plena cidadania da população. A economia brasileira, nas décadas de 1910 e 1920, passou por um significativo processo industrial, exigindo cada vez mais uma mão de obra especializada. Nesse ínterim, surgem intelectuais da chamada Escola Nova, que estavam preocupados em promover reformas que tornassem a educação um direito essencial, numa sociedade cada vez mais industrial.

As ideias da Escola Nova foram bastante influentes nas décadas de 1920 e 1930, reunindo intelectuais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Esse último sendo o responsável por promover uma das primeiras reformas educacionais ocorridas no país, em 1922. O escolanovismo, no entanto, ganha força política apenas a partir da Revolução de 1930, com a adoção de várias das propostas do “manifesto dos pioneiros da educação nova” pelo governo de Getúlio Vargas (DE ASSIS, 2022).

As Reforma Campos (1931) e Capanema (1942) buscavam implantar sugestões da Escola Nova, proporcionando a modernização e organicidade do ensino primário secundário brasileiro, como a seriação do currículo, a obrigatoriedade da frequência escolar e a criação de dois ciclos de ensino, no ensino secundário (ginasial e colegial). Apesar das melhorias alcançadas, havia várias críticas ao novo modelo educacional, por isso surgem grupos de intelectuais que pregavam modelos alternativos adequados à realidade dos alunos, como é o caso do chamado ruralismo pedagógico.

### **O ruralismo como ideologia política e educacional**

O ruralismo surgiu como uma ideologia política que representava as preocupações de diferentes elites rurais e oligárquicas, as quais estavam temerosas com as repercussões provenientes das transformações ocorridas, ao longo da primeira metade do século XX, no Brasil. A modernização, a industrialização e os fenômenos como a seca provocaram intensa migração do campo em direção às cidades, enfraquecendo o domínio de grupos políticos tradicionais.

A autora Sonia Regina de Mendonça, em sua obra *Ruralismo brasileiro (1889-1930)*, trata sobre a construção do ruralismo como movimento político e ideológico do começo da República. Segundo a autora, ele era:

“um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a *vocação agrícola do país*, mediante a *diversificação da agricultura nacional* (MENDONÇA, 1997, pag. 27)

O ruralismo é definido por Mendonça como um movimento político das classes dominantes, mas não hegemônicas, ou seja, não ligadas à exportação do café. O movimento, apesar das suas divergências internas, pregava a diversificação da agricultura brasileira, para que assim se fortalecesse a “vocação nacional”, em um momento em que o setor agrícola

estaria sendo abandonado em prol do processo de industrialização. Essa defesa do “caráter rural” do país acabava por também promover a associação entre “pátria” e “terra”, de modo que valorizar a atividade agrícola era um dever cívico.

O pesquisador Jorge Nagle aponta que, além da questão econômica, o ruralismo era uma ideologia de caráter conservador e moralizante, em que as elites agropastoris apontavam os males advindos do industrialismo e do urbanismo. Esse movimento se colocava contrário à valorização do mundo urbano e industrial, que ocorria em detrimento ao mundo campesino. Tal processo, segundo as elites, provocaria uma degradação de ordem física, moral e social sobre a população brasileira. Portanto o ruralismo consistia na

exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, que difunde uma atitude pessimista e que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor, da solidariedade “natural” do homem. Por isso o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização. (NAGLE, 2001, pag. 40)

Os principais ideólogos do movimento, como Alberto Torres<sup>2</sup>, apontavam que deveriam ser realizadas várias ações para ajudar a reverter o intenso processo de migração rural em direção às áreas urbanas. Essas teriam de ajudar a fixar o homem no campo e de promover hábitos saudáveis. O papel do Estado seria, então, o de propiciar uma justiça social para auxiliar essa população e o de integrar os espaços vazios do território nacional. O ruralismo e o nacionalismo, desse modo, andavam de mãos dadas e influenciariam as elites intelectuais nas décadas seguintes.

A década de 1930 traz um novo período político com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. O regime varguista promove inovações de ordem política e social, entre elas a valorização do industrialismo como forma de superar as repercussões da Crise de 1929. No aspecto moral, o nacionalismo foi incentivado principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), com o objetivo de criar o “homem novo”, disciplinado e capaz de atender às demandas do estado e da nação. (PRADO, 1995)

A educação foi reformada durante a Era Vargas visando cumprir os ditames autoritários do período e adequando-os às necessidades do mundo urbano e industrial.

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário CPDOC-FGV: Alberto Torres, político e sociólogo fluminense, é apontado como pioneiro do nacionalismo brasileiro no século XX e da denúncia do racismo patrocinado por intelectuais europeus e brasileiros. Seu pensamento despertou adesões limitadas enquanto esteve vivo, mas nas décadas de 1920 e 1930 foi incorporado por correntes intelectuais situadas em posições variadas no espectro político nacional.

Entretanto, as mudanças, longe de resolver os abismos sociais brasileiros, os perpetuavam, pois a maior parte dos estudantes era excluída dos níveis superiores de educação, por meio dos exames de admissão e da “cultura da meritocracia”. Outra crítica que se fazia era quanto ao currículo escolar, pois, apesar de a maioria dos brasileiros da época viver no campo, a escola ignorava as necessidades e as dificuldades da população rural. É nesse momento que intelectuais e educadores levantaram a bandeira de um sistema educacional que fosse adequado à realidade do homem do campo. (MORAES, 2022)

A autora Adonia Antunes Prado, no artigo *Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo*, analisa a construção da vertente educacional do ruralismo, refletindo as preocupações das elites da época. Adonia também traz a definição do que seria esse movimento político e educacional:

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. (PRADO, 1995, pag. 6)

Sud Mennucci foi o principal nome do chamado ruralismo pedagógico. O educador paulista, inspirado nos ideais de Alberto Torres, tinha como objetivo criar um novo tipo de escola voltado à realidade do campo. Todavia, já era perceptível na época que uma das maiores dificuldades da concretização desse novo tipo de ensino seria a falta de uma formação adequada aos docentes. Como o próprio educador apontava, era necessário a “ruralização do ensino” e da especialização adequada de professores:

E lá volto eu ao meu velho e irresistível estribilho: sem professor especializado, que sabe exatamente o que está ensinando e para quem está ensinando, todo esforço educativo em prol da infância campestre resulta inútil ou, pior, em pura desambientação do educando. (MENNUCCI, 1944 apud MORAES, 2022)

A dificuldade na formação de professores já era sentida como gargalo na educação brasileira desde a construção do sistema educacional no país, em fins do século XIX, com a criação das primeiras Escolas Normais. Entretanto, essas entidades em geral ficavam nas capitais dos Estados e não atendiam à demanda de instrução dos educadores e da maioria da população que vivia nas regiões sertanejas. Por isso, os intelectuais ruralistas reivindicavam

um novo tipo de instituição que formasse educadores especializados em práticas rurais e que se situassem em regiões interioranas, as chamadas Escolas Normais Rurais.

A estratégia da criação de instituições educacionais adaptadas às realidades regionais foi apresentada no ano de 1934, tanto no Primeiro Congresso Brasileiro do Ensino Regional, realizado em Salvador, como no 6º Congresso Nacional de Educação, em Fortaleza. A fundação das Escolas Normais Rurais era essencial na visão desses educadores, pois elas ajudariam a combater o êxodo rural para os centros urbanos, além de outros males associados à população rural, como o analfabetismo e os problemas sanitários. (ARAÚJO, 2006)

O Ceará teve um destaque especial na criação das Escolas Normais Rurais, pois reuniu condições favoráveis, como a presença de grupos políticos interessados na formação de educadores especializados e o fato de ter passado por outras experiências educacionais inovadoras, como a Reforma Educacional de 1922, realizada por Lourenço Filho, na Escola Normal, em Fortaleza. Em 1935, é criada a primeira dessas entidades educadoras: a Escola Normal Rural, em Juazeiro do Norte, com as bênçãos do Padre Cícero e de uma sociedade mantenedora. O educador Sud Mennucci, em seu discurso de colação das primeiras turmas de professoras ruralistas, em 1937, apontava o protagonismo cearense no processo de ruralização do ensino e ressaltava como o caso de Juazeiro do Norte serviu de exemplo para todo o Brasil. (MORAES, 2022, pag. 166)

### **O ruralismo em Itapipoca**

O território cearense foi um local fértil para a difusão do ruralismo pedagógico, contando com a criação de oito instituições, entre 1935 e 1945, período considerado auge desse movimento educacional. As Escolas Normais Rurais foram criadas em Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Ipu, Crateús, Acaraú e Itapipoca, essa última sendo fundada em 1945, no auge dessa política instrutiva.

A historiadora Fátima Leitão, em sua tese *Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: Formação da Professora nas Escolas Normais Rurais do Ceará (1930-1960)*, analisa a criação e a formação das normalistas dentro dessas instituições, no território cearense. Nessa obra, ela também faz a descrição da inauguração da Escola Normal Rural de Itapipoca, que depois ganha a denominação de Joaquim Magalhães:

Fundada em 19 de março de 1945. Consoante informações constantes em sua ata de fundação, o momento festivo contou com a presença de várias autoridades, dentre elas: o representante do Exmo. Interventor Federal do Estado, Revmo. Padre Jose Bruno Teixeira, do Prefeito Municipal, Dr. Jurandir Correia Lima, do Revmo. Padre Jose Edilson Silva, Vigário daquela freguesia, do acadêmico Artur Eduardo Benevides, representante dos Diários Associados, muitas outras autoridades e uma "grande massa popular". (ARAÚJO, 2006, pag. 105)

Com base nesse fragmento, é possível observar a reunião de diferentes grupos de autoridades (imprensa, Igreja Católica e políticos), na solenidade que marca os esforços da fundação desse tipo de instituição, assim como a continuação da influência da Igreja Católica no ensino do Brasil, naquele período, algo que o regime varguista havia colocado mais evidente com a obrigatoriedade do ensino religioso. A data de inauguração também é bastante significativa, pois o dia de 19 de março marca o dia de São José que, na tradição cearense, é visto como padroeiro da população do campo e das atividades agrícolas.

O município de Itapipoca, situado no norte cearense, constitui um dos principais centros urbanos e de produção agrícola do interior do Ceará, apesar disso, até o início dos anos 40 do século XX, a região não contava com instituições escolares adequadas para atender às demandas da população. Por isso, membros da elite local uniram esforços para fundarem uma sociedade ruralista, a fim de ajudar na criação de uma Escola Normal Rural. Essas entidades tinham como função garantir a manutenção das escolas rurais, porque, apesar de ser um projeto elitista, elas não contavam com financiamento estatal próprio, necessitando do auxílio de autoridades, da Igreja Católica ou dos próprios alunos.

O professor Silva Novo, em sua elegia *Perilo: o homem da casa branca*, traz informações relevantes para se compreender como o movimento ruralista pedagógico se desenvolveu no município de Itapipoca. O autor reproduz uma carta da Sociedade Ruralista de Itapipoca, enviada para o deputado estadual Perilo Teixeira, em janeiro de 1945:

A Escola Normal Rural destina-se a formação de professoras especializadas em assuntos de agricultura, criação e trabalhos domésticos. Uma vez à frente de nossas escolas primárias, essas professoras ruralistas irão ensinar aos seus alunos o amor à terra, a cultura dos campos e dos rebanhos. Justamente a falta desta educação ruralista é que vemos grande parte das famílias do Interior abandonando o seu sertão para se estabelecerem nas Capitais, esquecendo-se de que a vida econômica de um povo está no desenvolvimento de sua agricultura e de sua pecuária. (NOVO, 1977, pág. 35)

Nessa carta, é possível observar que o ruralismo pedagógico tinha como objetivo principal o combate ao êxodo rural e o melhoramento das técnicas agrícolas, por meio da criação de instituições que especializassem professoras. É importante destacar o caráter moralizador da educação, pois ela serviria para ensinar às crianças “o amor à terra”. Era possível ver também essa ideologia ruralista patriótica em outros documentos, como na ata da solenidade de entrega de diploma da primeira turma de normalistas, graduadas em 1949, quando essas prometem “cumprir os deveres de professora rural, os interesses do Estado e da pátria”. Contudo, é interessante discutir sobre a existência prática dessas instituições e se elas tinham apenas aqueles objetivos apresentados no discurso político.

O documento reproduzido por Silva Novo mostra algumas questões práticas que estavam por trás da criação da Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, permitindo assim que ela possa ser comparada a outras instituições do mesmo tipo. Um dos problemas elencados pelo autor era a falta de financiamento dessas instituições, o que pode ser visto quando ele cita, por meio da carta, as vantagens da fundação como uma forma de angariar apoio do deputado estadual.

“Tem um filho ou uma filha para educar? Em lugar de mandá-los para Fortaleza ou outros colégios distantes, longe da vigilância paterna com grandes despesas e às vezes até com prejuízos materiais e morais para os educandos; matricule-os na Escola Normal Rural de Itapipoca, onde terão uma educação completa muito mais econômica, e sem perder o influxo da vigilância dos pais. (NOVO, 1977, pag. 36)

Para compreender o trecho, é importante destacar que a maioria das áreas interioranas cearenses não contavam com instituições que garantissem educação além dos anos iniciais, então era muito comum o envio de estudantes para a capital do Estado. Outra demanda a ser atendida era a de fornecer cursos de educação secundária, algo que, naquele momento, a região carecia bastante, fato apontado pelo documento, no trecho em que se refere a Itapipoca, como “talvez a única cidade importante do Interior do Estado que ainda não possuía um Estabelecimento de ensino secundário”. (NOVO, 1977, pag.35).

Outro aspecto que é possível ressaltar sobre as questões práticas do ruralismo pedagógico é o profissional. Os cursos normais representaram um processo de profissionalização de muitas mulheres, em um período histórico em que elas tinham pouco espaço no mercado de trabalho. A feminização da profissão ocorreu nos cursos normais do Brasil já no final do século XIX, quando as mulheres ganham espaço, e a profissão de

professora começa a ser relacionada à vocação feminina de ser “mãe” e “cuidadora”. O próprio documento ressalta que a nova instituição formaria “professoras com diploma reconhecido oficialmente, podendo lecionar em qualquer escola pública do Ceará”. Então, havia uma demanda social pela profissionalização feminina que seria remediada com a inauguração da Escola Normal Rural em Itapipoca. (ALMEIDA, 1998)

A autora Jane Soares de Almeida trata sobre a expansão da inserção de profissionais femininas na educação primária, num período em que os Estados nações buscavam se fortalecer através da educação. Todavia, devido ao caráter conservador que imperava ao longo do século XIX, a educação de crianças era vista como uma função mais apropriada para as mulheres, ligando a docência às ideias de domesticidade e maternidade.

A obra *Colégio Estadual: De Escola Normal à Escola de Ensino Médio Joaquim Magalhães*, de Oliveira, Silva e Teixeira (2022), traz a entrevista de uma ex-professora, Francisca Bezerra, que descreve a sua experiência na escola ruralista como aluna e professora.

A Escola Normal Rural Joaquim Magalhães iniciou seus trabalhos onde hoje é o CETREDI. Os alunos terminavam o 5º ano no Grupo Anastácio Braga e iam para o Joaquim Magalhães, para fazer o curso Normal Rural e os dois anos complementares do curso Ginásial. Aprendíamos a plantar fazendo horta. (...) Eu fui a primeira mulher negra que entrou nesse colégio para trabalhar. Todas as outras professoras eram filhas de fazendeiros, que podiam fazer cursos em Fortaleza. As demais ficavam por aqui mesmo, terminavam o quinto ano e não davam continuidade. Perilo Teixeira foi o único político que queria buscou melhorar a vida de pessoas mais carentes. A escola passou por uma crise muito grande, justamente quando comecei a lecionar, tendo cursado somente o 4º Ano Ginásial. (OLIVEIRA; SILVA; TEIXEIRA, 2022, pag. 59-60)

A fala da entrevistada vislumbra impactos gerados pela criação de escolas normais rurais, como a possibilidade de ascensão social e a profissionalização feminina. A instituição dava oportunidades de estudos para aquelas que não eram “filhas de fazendeiros”, mesmo que de forma restrita. A inserção de mulheres na docência foi bastante significativa, pois representou a busca por prestígio social e simbólico dentro da sociedade, mesmo que ainda tivesse ares de vocação, quase um sacerdócio. (ALMEIDA, 1998)

A historiadora Fátima Leitão encontra resultados semelhantes, ao tratar em sua tese sobre os impactos dessas instituições, a respeito das trajetórias de vidas de professoras de Escolas Normais Rurais no Ceará. Para muitas, a profissão representou um meio de

complementação da renda familiar, além de garantir a independência financeira e a realização pessoal. Muitas se guiavam pela crença na missão civilizadora do ruralismo, que combateria os males do urbanismo e ensinaria aos alunos de escolas rurais o amor à pátria e ao campo.

A autora Silvânia Santana Costa, com sua tese *Histórias Contadas E Vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950 – 1972)*, trata sobre as experiências educacionais de ex-alunos de uma escola normalista rural, no sertão sergipano. Com base na pesquisa, é possível fazer um estudo comparativo entre a instituição sergipana e a itapipoquense, por exemplo, a tese destaca que, apesar dos discursos oficiais, “a efetivação da proposta (*ruralista*) não se consolidou, pois não houve adequação da organização do ensino normal para contemplar a preparação docente nas escolas primárias no campo” (COSTA, 2016, pag. 186). Na escola de Itapipoca, houve essa adequação dos currículos escolares, sendo obrigatória a disciplina de agricultura, com aulas teóricas e práticas, além de contar com um clube agrícola, jardins e canteiros, educação sanitária e trabalhos manuais.

Para a aplicabilidade dos ensinamentos e das técnicas agrícolas, foram criadas, por portaria oficial do Estado, as chamadas “Escolas Típicas Rurais”, instituições de ensino primário fundadas em 1945 e submetidas às Escolas Normais Rurais (MORAES, 2014). A região de Itapipoca contou com alguns desses educandários nas localidades de Deserto, Conceição, Poço Verde, Camará, Betânia e Vertentes. Todas elas criadas graças à ação de Antônio Perilo de Souza Teixeira, conhecido como “Dr. Perilo”. Ao longo da sua carreira política, ele exerceu uma série de cargos, entre os quais o de deputado estadual e o de deputado federal, colocando-se como um defensor da educação, principalmente a *ruralista*.

O ensino primário nas Escolas Típicas Rurais e em outras escolas da zona rural, apesar da boa vontade e do empenho das normalistas, era bastante precarizado. Fátima Leitão, em seu estudo, avalia que as professoras trabalhavam em situação precária nessas escolas, havendo pouco como aplicar aquilo que de fato aprendiam, principalmente num modelo educacional que exigia que elas fossem agentes do desenvolvimento modernizador no sertão.

O ruralismo pedagógico continuou uma política educacional atuante em todo território nacional. Entretanto, a partir das décadas de 50 e 60, outras ações foram criadas para promover a fixação da população no campo. Uma das estratégias usadas foi a de disseminação das missões rurais e dos clubes de mães, que tinham como objetivo mostrar às comunidades

rurais práticas sanitárias e agrícolas adequadas, como as utilizadas para a construção de casas e para a expansão da produção em moldes capitalistas. Em Itapipoca, são registradas a fundação de um clube de mães, em 1953, e de uma missão ruralista, em 1954. (FERREIRA; VISQUETTI; PINHEIRO, 2021)

A reforma educacional de 1961 não provocou grandes alterações curriculares nas instituições ruralistas, mas ficava cada vez mais perceptível que o processo de êxodo rural não seria revertido. A ocorrência de fortes secas, como a de 1958, e a realização de projetos de interiorização urbana, como a construção de Brasília, levaram centenas de milhares de nordestinos a migrarem para outras regiões do país. (DE MAGALHÃES, 2023)

O golpe civil-militar de 1964 aprofundou uma tendência presente na educação brasileira desde a reforma educacional de 1942, o tecnicismo. O ensino ruralista foi sendo visto cada vez mais como ultrapassado e pouco eficiente para reverter os males da população rural. A reforma educacional de 1971, realizada já sobre o poder político dos militares, sepulta de vez as Escolas Normais Rurais, trocando-se o ensino ruralista pela “habilitação pedagógica”, em que a formação docente se torna apenas mais uma das oferecidas pelas escolas de 2º grau (OLIVEIRA, 2023).

### **Considerações finais**

O movimento ruralista educacional pode ser visto como ideologia surgida dentro do contexto das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XX. Apesar de apresentar um romantismo conservador, de enaltecimento da terra e dos valores tradicionais da sociedade brasileira, apontava para a necessidade da modernização da agricultura e do campo.

A Escola Normal Rural Joaquim Magalhães representa as limitações e as contradições encontradas entre o discurso ruralista e as práticas educacionais. Apesar de ter tido uma estrutura e currículo dentro das propostas pretendidas pelo movimento pedagógico, enfrentou vários problemas: adversidades de financiamento, chegando a quase fechar em 1958, como relatado pela ex-professora Francisca Bezerra; e dificuldades para a manutenção das Escolas Típicas Rurais e para a aplicação das práticas agrícolas aprendidas na instituição. Outras ações executadas se mostraram mais eficientes dentro da tentativa de fixação da população

rural no campo, como as orientações técnicas, o auxílio, o financiamento público, as escolas rurais e os postos médicos.

As Escolas Normais Rurais, por sua vez, não se mostraram tão eficientes quanto se pretendiam no discurso ruralista e acabaram adquirindo outras funções ao longo do tempo, a exemplo da profissionalização docente. A Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, por exemplo, foi a primeira instituição de formação de professores em toda região de Itapipoca, num contexto de escassez de pessoas habilitadas para ensinar. A primeira turma, assim como as subsequentes, era composta em sua maioria por mulheres, refletindo a feminização da profissão e a possibilidade de acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho. Também é possível destacar a presença de muitos alunos sem condições de estudar em cidades distantes, de modo que foi esse educandário o pioneiro em garantir ensino secundário e colegial na região.

Outras questões a serem aventadas em estudos futuros tocam as relações entre o ruralismo pedagógico e os movimentos políticos desse período, a exemplo do integralismo; e o uso social e político das Escolas Normais Rurais, por agentes hegemônicos locais, bem como a repercussão dessas instituições nas sociedades em que as abrigavam.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas escolas normais do Ceará - 1930 a 1960**. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, S. S. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/ Sergipe (1950-1972)**. 2016. 216 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DE ASSIS, Sandra Maria et al. A reforma Capanema e as leis orgânicas de 1942: mudanças e permanências no ensino técnico industrial. In: **OPEN SCIENCE RESEARCH II**. Editora Científica Digital, 2022. p. 644-661.

DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. História oral e migrações do Nordeste para o Sudeste: um estudo sobre a produção brasileira. **História Oral**, v. 26, n. 1, p. 77-107, 2023.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; VISQUETTI, Carminha Aparecida; PINHEIRO, Larissa Madalena da Silva. MISSÕES RURAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS NA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL-CNER (1952-1960). **Revista da Faculdade de Educação**, p. 179-202, 2021.

LEMOS, Renato. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 01 de set. de 2024.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo**: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968). 2014. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ruralização do ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950)**. Editora Oficina Universitária, 2022.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

NOVO, José Silva. **Perilo**: O homem da Casa Branca. s/n, 1977.

OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P. **COLÉGIO ESTADUAL**: De Escola Normal à Escola de Ensino Médio Joaquim Magalhães. Itapipoca: Gráfica Santa Fé, 2022, v.1. p.100.

OLIVEIRA, Antonio Robson. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo- Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE. **Temporalidades**, v. 14, n. 2, p. 399-410, 2023.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, p. 32-55, 2009.